

Sistema de Acreditação da Habilitação Para o Exercício do Serviço Docente na Universidade da Madeira

Linhas Gerais

**Submetido à aprovação
do
Conselho Geral
de
10 de Setembro de 2010**

(Texto escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico)

Enquadramento do Sistema de Acreditação na política Institucional de gestão de Recursos Humanos

As profundas reformas implementadas em todos os níveis do Ensino Superior, no âmbito do espaço europeu, e, conseqüentemente, no âmbito nacional, enquadradas, ou de alguma forma relacionadas com a implementação do Processo de Bolonha, tornaram evidente a necessidade de repensar estruturalmente cada uma das vertentes dos sistemas de ensino Universitário e Politécnico. A procura de uma maior racionalização e clarificação de cada um dos instrumentos e processos que, progressivamente, se associam à garantia de uma oferta formativa de maior pertinência e qualidade, aparece inexoravelmente ligada à consciência de que, em nenhum aspecto, devem prevalecer procedimentos fundados na prevalência de hábitos e tradições que já não refletem a complexidade das realidades atuais. A perpetuação de formalismos – mais do que de procedimentos – que num tempo próprio se fundamentaram em paradigmas legítimos de atuação, face a realidades entretanto profundamente transformadas, não constituem uma garantia da qualidade que, essencialmente, visavam atingir.

Uma das vertentes do funcionamento dos sistemas de Ensino Universitário e Politécnico Europeus que, de um modo mais agudo, reflete esta realidade é a gestão dos recursos humanos que lhe estão associados. Tradicionalmente, a identificação deste instrumento fundamental ao serviço dos sistemas de Ensino Universitário e Politécnico estabeleceu-se quase exclusivamente com os corpos docentes das Instituições. Esta tendência *identitária* muito exclusiva conduziu, por sua vez, a uma ambiguidade progressiva entre meios e fins, a partir do momento em que o recrutamento do corpo docente se baseou, essencialmente, em variados sistemas de avaliação *inter pares*. Estes sistemas, naturalmente, conduziram à prevalência de tendências de auto preservação que rapidamente entraram em conflito tanto com as eventuais estratégias institucionais, sobrepondo-se a estas, como com o propósito declarado de garantia da qualidade científica e pedagógica.

Ainda muito recentemente, as dificuldades encontradas na generalização de sistemas de avaliação dos corpos docentes das Universidades e dos Politécnicos, ao nível do espaço europeu, embora fundada nos resultados de uma avaliação global dos seus diversos sistemas que, precisamente, sublinhou esse procedimento como uma peça fundamental para uma reforma efetiva, são uma ilustração eloquente do modo como se encara um instrumento fundamental na prossecução das políticas institucionais como uma entidade virtualmente autónoma, cuja natureza a isenta de ser confrontada com os níveis de eficiência e eficácia, concretos e mensuráveis, decorrentes dos objectivos definidos estrategicamente pelas instituições que os enquadram.

Os sistemas de avaliação dos corpos docentes das instituições de Ensino Universitário e Politécnico tornaram-se, atualmente, uma realidade, mediante um esforço considerável que deve ser encarado, precisamente, como um reflexo da convicção da sua atual inevitabilidade. No caso da Universidade da Madeira a implementação do sistema de avaliação é considerado uma etapa fundamental no quadro do sistema de reformas recentes. Encarado como uma ferramenta de monitorização das *performances* derivadas da evolução de competências exigíveis a um corpo docente cuja atividade, pela sua natureza, exige uma permanentemente requalificação, torna-se um barómetro capaz de fornecer informações essenciais para a definição das estratégias institucionais

Numa vertente paralela, a implementação simultânea de um novo regime de recrutamento e seleção de pessoal docente, na UMa, articulado em proximidade com o processo de avaliação, veio garantir a necessária coerência do quadro de procedimentos associado à gestão dos recursos humanos, ao nível do corpo docente, em termos de garantias de integração das atividades individuais nos objectivos estratégicos institucionais, com as máximas vantagens possíveis para ambos os lados.

Neste contexto, não é compreensível que o nível de exigência e rigor, no que se refere à gestão dos recursos humanos, particularmente em relação ao corpo docente, não abranja a totalidade dos casos, independentemente das circunstâncias em que ocorre o seu recrutamento e seleção. Atendendo a que todos os docentes estão igualmente sujeitos ao processo de avaliação referido acima, independentemente de serem ou não docentes de carreira, torna-se necessário acautelar a adequação do processo de recrutamento e seleção dos docentes designados como *convidados* às exigências padronizadas pelo processo de avaliação

O recurso à figura do *convite* para o recrutamento de pessoal docente, consignado na legislação, deve obedecer ao adequado grau de exigência que aí é previsto, mas carece, em simultâneo, da garantia de que constitui uma resposta eficaz, nos múltiplos aspectos envolvidos, às necessidades estratégicas institucionais, num determinado momento e por um período de tempo definido. Este procedimento constitui hoje, particularmente, uma ferramenta adequada aos fins específicos, associados à flexibilização do corpo docente em momentos de inflexão estratégica, e como resposta eficaz à prossecução de objectivos que exigem investimentos pontuais em termos de recursos humanos.

Por outro lado, continua a ser legítimo que se acautelem determinadas exceções: quando derivadas de necessidades circunstanciais e imprevistas, e nos casos em que se procura a colaboração de individualidades de reconhecido mérito, cuja presença na Instituição constitua um acréscimo do seu prestígio ou um reforço da sua ligação ao meio em que se insere.

A actual legislação promove, de um modo claro, a tendência para uma estabilização dos corpos docentes das Universidades, o que implica uma redução gradual do recrutamento de docentes para além das Carreiras, propondo explicitamente, por outro lado, a constituição de *bases de*

recrutamento, como forma de minimizar os efeitos da imponderabilidade dos procedimentos de recrutamento por convite.

No entanto, os atuais procedimentos para o recrutamento e seleção de pessoal docente convidado continuam a fundamentar-se, maioritariamente, numa interpretação literal dos requisitos mínimos consignados na legislação em vigor, constituindo variantes do modelo de avaliação *inter pares*, que pode variar consideravelmente entre as Unidades Orgânicas de uma mesma instituição. Estes processos assumiram no passado, frequentemente, o carácter de meras formalidades destinadas a avalizar decisões fundamentadas quase exclusivamente na urgência dos processos de contratação.

Decorre deste quadro a necessidade de regulamentar o conjunto de procedimentos relativos ao recrutamento e seleção de pessoal docente *convidado*. No âmbito deste processo, deverá ser criada a *Base de Recrutamento da Universidade da Madeira Para o Exercício do Serviço Docente*. A implementação destes procedimentos, deverá efetuar-se de um modo faseado, progressivamente mais complexo, permitindo avaliar o impacto da introdução de cada nova etapa no sistema. Ao mesmo tempo, esta aproximação faseada ao resultado final permitirá às Unidades Orgânicas uma adaptação progressiva ao novo sistema.

Processo de implementação do Sistema de Acreditação de Habilitações para o Exercício do Serviço Docente na UMa

O processo de implementação do Sistema de Acreditação de Habilitações Para o Exercício de Serviço Docente na UMa destina-se a regulamentar, efetivar, avaliar, e introduzir eventuais correções aos mecanismos de regulamentação dos processos de recrutamento e seleção de docentes *convidados* para efeitos de exercício de prestação de serviço docente na UMa.

Calendário e fases do processo de implementação do Sistema de Acreditação

O sistema será implementado em duas fases distintas:

1. A primeira fase decorrerá até ao final do ano de 2010, cumprindo-se em quatro etapas:
 - Submissão ao Conselho Geral da Universidade do presente documento, referente ao enquadramento e delineamento das linhas gerais do sistema;
 - Publicação do Regulamento do Sistema de Acreditação da Habilitação para o Exercício do Serviço Docente na Universidade da Madeira, até ao final de Setembro de 2010;
 - Implementação do sistema de inscrição de candidatos à *Base de Recrutamento da Universidade da Madeira Para o Exercício do Serviço Docente*, até 20 de Outubro de 2010.
 - Implementação do sistema de certificação da inscrição dos candidatos à *Base de Recrutamento da Universidade da Madeira Para o Exercício do Serviço Docente*, até 20 de Outubro de 2010.
 - Implementação do sistema de divulgação dos dados relativos às inscrições certificadas, na *Base de Recrutamento*, aos Órgãos próprios das Unidades Orgânicas, até ao final de Outubro de 2010.
2. A segunda fase decorrerá durante o ano de 2011, implicando uma avaliação do sistema implementado, nomeadamente no que se refere à base de recrutamento constituída, e a revisão do regulamento e dos procedimentos efetivos.

Princípios fundamentais a consignar no regulamento do Sistema de Acreditação

Na primeira fase, o *Regulamento do Sistema de Acreditação de Habilitação Para o Exercício de Serviço Docente na UMa*, orienta-se pelos seguintes princípios fundamentais:

- A partir de 1 de Janeiro de 2011, estão exclusivamente habilitados para o exercício de serviço docente na Universidade da Madeira os docentes que não sendo docentes da Carreira Universitária ou do Ensino Superior Politécnico, e não tendo um contrato em vigor iniciado anteriormente a essa data, se encontrem efetivamente inscritos na *Base de Recrutamento da Universidade da Madeira Para o Exercício do Serviço Docente*. Deverão ser definidos os casos excepcionais, nomeadamente aqueles que correspondem a situações imprevistas e circunstanciais, e o recrutamento de individualidades de reconhecido mérito ou de interesse particular para a Instituição no contexto da sua estratégia de ligação ao meio em que se insere.
- A partir de 1 de Janeiro de 2011, as Unidades Orgânicas da UMa estão exclusivamente autorizadas a recrutar os docentes convidados de entre os elementos devidamente inscritos na *Base de Recrutamento da Universidade da Madeira Para o Exercício do Serviço Docente*, salvo nos casos excepcionais referidos acima. Nesta última situação deverá ser apresentada à Reitoria uma proposta fundamentada.
- Os critérios para a certificação da inscrição de candidatos na *Base de Recrutamento da Universidade da Madeira Para o Exercício do Serviço Docente*, são estabelecidos, numa primeira fase, de acordo com:
 - a comprovação documental das habilitações necessárias para o recrutamento das diversas categorias de pessoal docente consignados nos Estatutos da Carreira Docente Universitária, e Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico.
 - a disponibilização de toda a documentação indispensável ao processo de contratação.
 - a disponibilização do *curriculum vitae* atualizado, em moldes a definir pormenorizadamente no regulamento a publicar.

- a disponibilização de informações específicas relativas à habilitação para o exercício das diversas componentes do serviço docente, nomeadamente no que se refere à integração nas Áreas Disciplinares, à adequação aos diversos Perfis do Docentes consignados no Regulamento de Prestação de Serviço Docente da UMa, às habilitações para a leccionação de Unidades Curriculares dos Ciclos de Estudos e Cursos da UMa, e outra informações relevantes a discriminar no regulamento a publicar.
- Na primeira fase, o sistema de acreditação dos candidatos dependerá apenas do cumprimento dos requisitos descritos acima para a aceitação da inscrição, cabendo aos Órgãos Próprios das Unidades Orgânicas a sua seriação, sendo os pareceres requeridos pela legislação em vigor baseados na documentação referida acima, ou nesta e em documentação complementar a requerer aos candidatos.
- A lista de candidatos inscritos na *Base de Recrutamento da Universidade da Madeira Para o Exercício do Serviço Docente*, será publicitada em permanência no site da UMa.
- A inscrição na *Base de Recrutamento da Universidade da Madeira Para o Exercício do Serviço Docente* terá um prazo de validade, a definir no regulamento a ser publicado, após o qual será necessário proceder à atualização da inscrição, em moldes também a definir no regulamento.

Nota final

A certificação da inscrição na *Base de Recrutamento da Universidade da Madeira Para o Exercício do Serviço Docente* será da responsabilidade da Reitoria, após instrução dos processos para o efeito pela Unidade de Recursos Humanos da UMa.